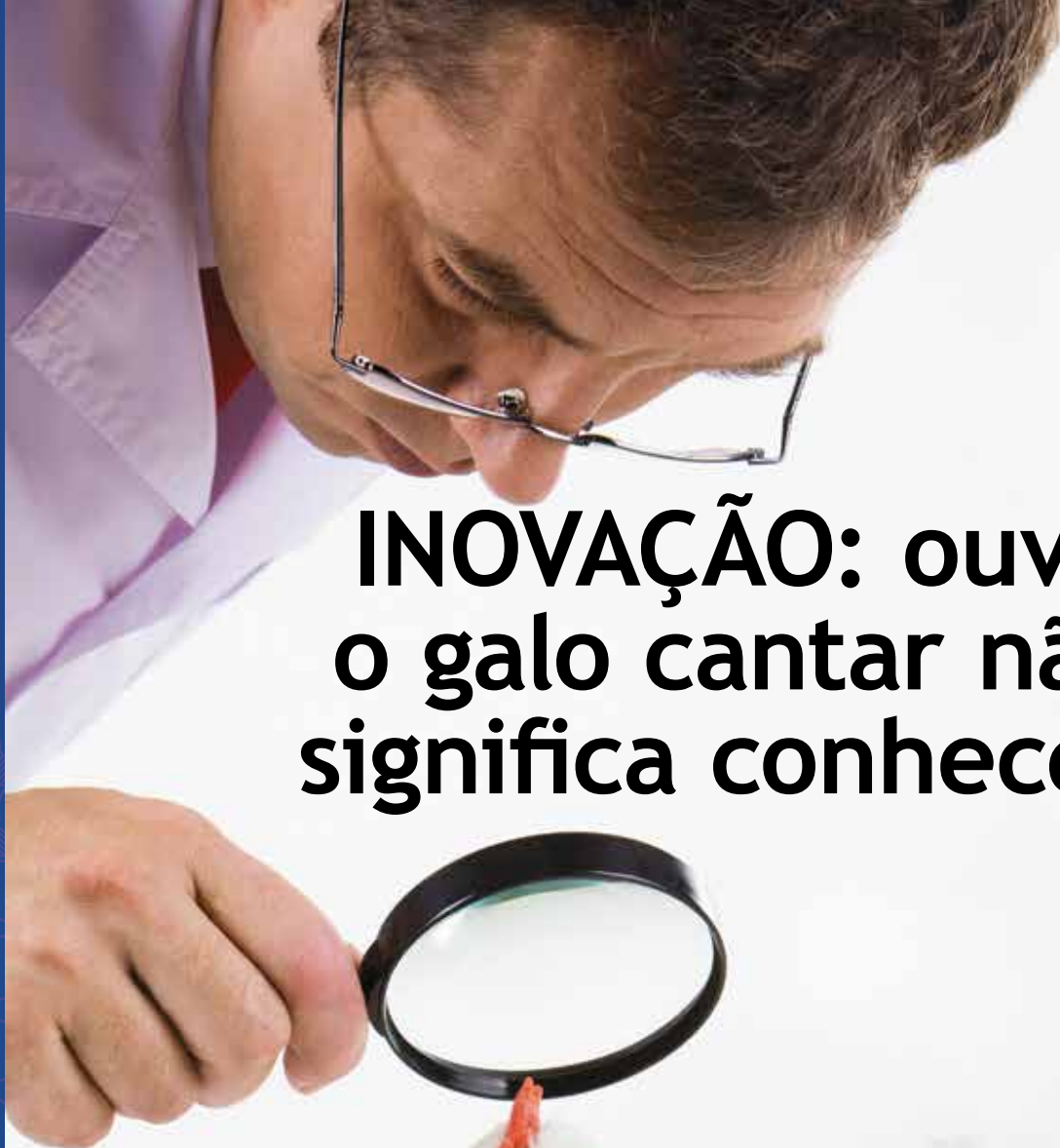


INOVAÇÃO: ouvir o galo cantar não significa conhecer



© Pressmaster / Photoxpress



Maria Carmem*

A inovação é a plataforma para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico e está relacionada com o nível de conhecimento de uma sociedade.

(Antônio Carlos de Campos, Patrícia Callefi e Ana Paula Poiani Marcon)

No início de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Gestão da Inovação, aproximadamente 80% dos alunos acreditavam conhecer o tema apresentado, o que sugere que esperavam novidades. O suposto conhecimento prévio não é o problema. Contudo, para quem trabalha com o segmento educacional, meio conhecimento, meia técnica, meio comportamento é pouco. Quase todos os artigos apresentados hoje com o título de *inovação* falam muito sobre *invenção*. Importante não confundir os conceitos: criatividade, invenção e inovação.

O Brasil passa por um processo de amplo desenvolvimento, necessitando cada vez mais de mão de obra qualificada para que possa haver competitividade no cenário internacional. Os motivos pelos quais alguns países são mais ou menos competitivos albergam razões históricas, culturais, antropológicas, além de questões relacionadas ao seu desenvolvimento econômico. Contudo, a Lei da Inovação - nº 10.973 - foi criada apenas em 2 de dezembro de 2004. Essa lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e do desenvolvimento do setor produtivo do país.

Há forte relação entre educação e inovação. Se fizermos a correlação entre os anos de escolaridade e o número de patentes (um dos indicadores de inovação) entre os diferentes países, vamos verificar que quanto maior o nível de escolaridade, maior é o indicador de inovação. Isso ocorre por várias razões, uma das quais é que maiores níveis de escolaridade (e de melhor qualidade na educação) criam ambientes mais propícios à inovação, principalmente em setores tecnologicamente mais avançados.

Existem alguns aspectos do sistema educacional que podem favorecer o processo criativo, de modo a levar ao surgimento de novas ideias e, por conseguinte, a uma possibilidade maior de inovação. Educação superior no Brasil ainda é *commodity*, o que se percebe pelas práticas de currículos idênticos e metodologias que geralmente não refletem uma identidade institucional. Corre-se o risco de que as universidades se transformem em verdadeiras fábricas de desempregados. Ainda que contribuam minimamente para a elevação do nível educacional do

aluno, não é esse o fim último do Ensino Superior, e sim propiciar aos egressos uma sólida formação para o mercado de trabalho.

Na sociedade contemporânea, o Ensino Superior é um dos motores do desenvolvimento econômico, polo de educação, espaço de formação de profissionais competentes para corresponder às necessidades demandadas pelas inovações advindas do progresso. Na qualidade de centro de criação do saber, as instituições de ensino devem contribuir com a resolução de problemas, o que se dá através de metodologias adequadas, sustentadas pela pesquisa de inovação de processos, produtos ou serviços. Contribuindo com o mercado ou adaptando e disseminando novas ideias, essa vocação se manifesta no desenvolvimento do setor produtivo, das empresas de todo porte, das organizações e no bem-estar sustentado da sociedade.

Um dos objetivos da Lei da Inovação é estimular a transformação das inovações concebidas no ambiente acadêmico (universidades, centros universitários, faculdades, escolas e instituições científicas) em tecnologia efetivamente implementada no mercado produtivo e incentivar a cooperação entre as entidades públicas e o setor privado, nas diversas etapas do processo inovativo e produtivo, desde a criação até a transferência de tecnologia.

O Brasil é um dos países onde mais se pesquisa. Os trabalhos científicos brasileiros correspondem a 1,55% da produção mundial, porém muito pouco é transformado em patente, e menos ainda em riqueza, talvez pelo modelo de educação formal, no qual não existe a construção de alianças estratégicas para o desenvolvimento de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento): redes, projetos internacionais, ambientes de inovação tais como incubadoras e parques tecnológicos.

As figuras a seguir podem demonstrar dois fatos importantes. O primeiro deles é o quanto o Brasil cresceu em P&D na última década (por milhão de pessoas), ou seja, profissionais que trabalham na concepção ou criação de novos conhecimentos, produtos, processos, serviços, métodos ou sistemas e na gestão de Projetos em Inovação (PI). A figura 2 compara o Brasil com os Estados Unidos (por milhão de pessoas), e só aí se consegue perceber o défi-

cit de crescimento brasileiro em Pesquisa e Desenvolvimento, fator indispensável à inovação. Torna evidente a defasagem brasileira. Embora o país tenha atualizado a sua legislação, esse esforço não se traduziu em uma modernização dos sistemas de PI, “cuja obsolescência e inoperância colocam em risco a estratégia de crescimento baseada na inovação tecnológica”, apontam os especialistas.

Por ser a educação um setor econômico que, em alguns países, movimenta até 15% do PIB, empresários, comunidade civil e órgãos governamentais deveriam estar mais atentos para pesquisas que realmente busquem aprimorar o desenvolvimento humano e organizacional e criar indicadores de avaliação que aproximem teoria e prática nas instituições de ensino.

O reconhecimento de uma instituição de ensino inovadora se dá pela maneira como estabelece a relação entre educação e modelo de ensino-aprendizagem, no preparo da comunidade, principalmente professores e alunos, para a vida em uma sociedade eminentemente padronizada, de maneira que possam disseminar para fora dos limites da instituição a inovação e a criatividade, por meio dos conhecimentos construídos. Essas são habilidades e competências que, muitas vezes, as instituições de ensino não conseguem despertar nem mesmo em seus gestores e professores.

Uma metodologia que responda às expectativas contemporâneas só estará solidamente estruturada se estiver apoiada em três conceitos básicos: a formação de uma imaginação criativa, a absorção de conhecimentos teóricos conceituais e o desenvolvimento prático das habilidades associadas à prática profissional - um tripé que aponta um caminho para o desenvolvimento de competências criativas e inovadoras.

Embora seja preciso gerar um ambiente empresarial propício para despertar o espírito criativo e inovador nas instituições, há caminhos para aprender a pensar fora da caixa e aproximar universidades, faculdades e empresas dos órgãos governamentais com os quais se possa estabelecer parcerias.

A associação com o MEC/MCT, no sentido de incentivar maior aproximação entre as universidades e as

figura 1

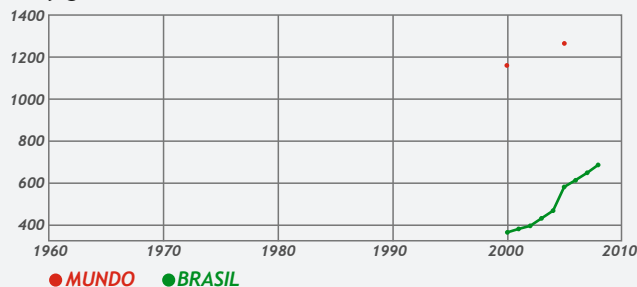
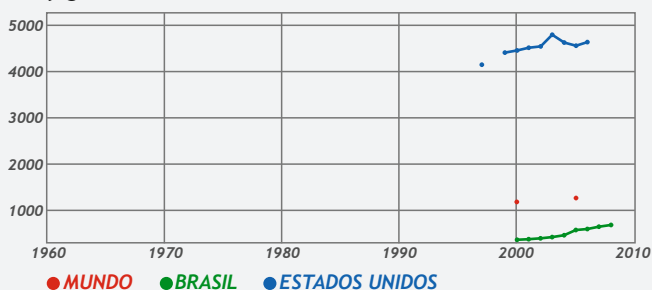


figura 2



Fonte: UNESCO

empresas, normalmente acontece por meio dos Núcleos da Inovação Tecnológica (NIT) - ampliando o sentido de NIT dado pela Lei da Inovação. Para cursos de pós-graduação que objetivem o desenvolvimento de executivos, um ponto de apoio importante é o Educor (www.educor.mdic.gov.br), em que se pode associar dispêndios em qualificação de pessoal à criação de ambiente para a inovação (tanto em produto quanto em processos).

De acordo com Shumpeter, economista e grande teórico da inovação do século XX, a desrupção criativa se dá através de empresários que estão sempre em busca do aprimoramento do negócio. Ao completar 15 anos de atuação no mercado educacional, percebe-se que a história da Linha Direta é um exemplo de empreendimento inovador e de inovação incremental através dos anos. Que cada gestor do ensino privado se inspire aqui para criar sua própria trajetória de inovação. Não ouça o galo cantar. Conheça! ■

*Diretora da Gênese Consultoria Educacional. Administradora do Fórum e Blog do Ensino Superior Particular - <http://ces3.wordpress.com>. Pedagoga pela Uemg, pós-graduada em Administração de Recursos Humanos e mestre em Gestão da Inovação pela FEI/SP. Há 15 anos, consultora e articulista da *Linha Direta*

www.genesisedu.com.br